

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Data Entrega: 08/11/2018

Data Referência: 30/09/2018

Tipo Apresentação: Reapresentação Espontânea

Versão: 2

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil) 30/09/2018

Do Capital Integralizado

Ordinárias 1.303.481.227

Preferenciais 1.303.481.227

Total 2.606.962.454

Em Tesouraria

Ordinárias 0

Preferenciais 0

Total 0

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2018	31/12/2017
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9	9
1	Ativo Total	2.333.826	2.285.996
1.01	Ativo Circulante	32.896	67.060
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.933	41.531
1.01.03	Contas a Receber	22.467	18.631
1.01.03.01	Clientes	22.467	18.631
1.01.04	Estoques	1.878	2.064
1.01.06	Tributos a Recuperar	591	3.153
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	591	3.153
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.098	1.677
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	929	4
1.01.08.03	Outros	929	4
1.02	Ativo Não Circulante	2.300.930	2.218.936
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.611	22.802
1.02.01.04	Contas a Receber	18.405	17.412
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	18.405	17.412
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.673	4.861
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.673	4.861
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	524	520
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	524	520
1.02.03	Imobilizado	4.880	6.640
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.880	6.640
1.02.04	Intangível	2.269.439	2.189.494
1.02.04.01	Intangíveis	2.269.439	2.189.494

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2018	31/12/2017
2	Passivo Total	2.333.826	2.285.996
2.01	Passivo Circulante	297.698	224.482
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.294	8.596
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.294	8.596
2.01.02	Fornecedores	43.751	28.465
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	43.751	28.465
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.658	3.792
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	197.272	159.038
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	134.668	141.779
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	134.668	141.779
2.01.04.02	Debêntures	62.604	17.259
2.01.05	Outras Obrigações	44.723	24.591
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	32.021	15.585
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	32.021	15.585
2.01.05.02	Outros	12.702	9.006
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	452	470
2.01.05.02.05	Outros	143	53
2.01.05.02.06	Receita diferida	12.107	8.483
2.02	Passivo Não Circulante	1.484.118	1.532.096
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.272.147	1.387.709
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	376.838	467.638
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	376.838	467.638
2.02.01.02	Debêntures	895.309	920.071
2.02.02	Outras Obrigações	143	143
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	143	143
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	143	143
2.02.04	Provisões	169.935	100.703

2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57.563	6.331
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.744	3.986
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.695	2.345
2.02.04.02	Outras Provisões	112.372	94.372
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	112.372	94.372
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	41.893	43.541
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	41.893	43.541
2.03	Patrimônio Líquido	552.010	529.418
2.03.01	Capital Social Realizado	1.180.000	1.180.000
2.03.02	Reservas de Capital	302.500	205.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	302.500	205.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-930.490	-855.582
2.02.04.01.05	Provisão Procedimentos Arbitrais	50.124	0

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	190.647	384.803	154.081	352.625
3.01.01	Receita de Pedágio e Acessórias	83.648	233.987	84.382	230.665
3.01.02	Receita de Construção	106.999	150.816	69.699	121.960
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-158.357	-307.525	-121.239	-277.310
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-51.921	-157.705	-52.230	-156.558
3.02.02	Custos de Construção	-106.436	-149.820	-69.009	-120.752
3.03	Resultado Bruto	32.290	77.278	32.842	75.315
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.196	-28.747	-9.777	-26.700
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.227	-28.941	-9.811	-26.734
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-9.227	-28.941	-9.811	-26.734
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	31	194	34	34
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.094	48.531	23.065	48.615
3.06	Resultado Financeiro	-42.278	-126.250	-34.508	-114.379
3.06.01	Receitas Financeiras	2.008	5.428	2.818	8.945
3.06.02	Despesas Financeiras	-44.286	-131.678	-37.326	-123.324
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-19.184	-77.719	-11.443	-65.764
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	663	2.811	889	2.868
3.08.02	Diferido	663	2.811	889	2.868
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.521	-74.908	-10.554	-62.896
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-18.521	-74.908	-10.554	-62.896
3.99.01.01	ON	-0,0070	-0,0290	-0,0040	-0,0240
3.99.02.01	ON	-0,0070	-0,0290	-0,0040	-0,0240

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-18.521	-74.908	-10.554	-62.896
4.03	Resultado Abrangente do Período	-18.521	-74.908	-10.554	-62.896

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	104.167	104.330
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	102.038	86.268
6.01.01.01	Prejuízo no Período antes do IR e CS	-77.719	-65.764
6.01.01.02	Margem Bruta de Construção	-996	-139
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	73.391	72.550
6.01.01.05	Provisão para Manutenção	18.000	16.590
6.01.01.06	Provisão para Riscos	1.108	841
6.01.01.07	Receita Diferida	14.259	-1.498
6.01.01.08	Variações Monetárias, Cambiais e Encargos	70.316	62.115
6.01.01.09	Prejuízo na Baixa Imobilizado e Intangível	637	0
6.01.01.10	Provisão para Credores Duvidosos	-835	-92
6.01.01.11	Constituição de Outorga Variável	3.877	1.665
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.129	18.062
6.01.02.01	Créditos a Receber	-3.001	1.348
6.01.02.02	Estoques	186	-871
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	2.562	1.377
6.01.02.04	Adiantamentos	-1.421	-439
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-993	-907
6.01.02.07	Fornecedores	5.817	11.330
6.01.02.08	Impostos e Contribuições a Recolher	1.866	-174
6.01.02.09	Salários e Encargos Sociais a Recolher	-2.303	-697
6.01.02.11	Partes Relacionadas	15.506	8.718
6.01.02.12	Outros	88	25
6.01.02.13	Receita Diferida	-12.283	0
6.01.02.14	Outras Obrigações e Contas a Pagar	-3.895	-1.648
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-91.622	-119.706

6.02.01	Aplicação Financeira	0	3.306
6.02.02	Aquisição de Imobilizado	-361	-570
6.02.03	Aquisição Intangível	-91.261	-122.442
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-50.143	4.391
6.03.01	Aumento de Capital	0	17.500
6.03.02	Captação de Empréstimos e Financiamentos	0	29.127
6.03.03	Juros Pagos	-47.532	-98.479
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos	-100.111	-57.757
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	97.500	114.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.598	-10.985
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.531	20.881
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.933	9.896

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 30/09/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.180.000	205.000	0	-855.582	0	529.418
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.180.000	205.000	0	-855.582	0	529.418
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	97.500	0	0	0	97.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-74.908	0	-74.908
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-74.908	0	-74.908
5.07	Saldos Finais	1.180.000	302.500	0	-930.490	0	552.010
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	97.500	0	0	0	0

01/01/2017 à 30/09/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.180.000	0	0	-649.676	0	530.324
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.180.000	0	0	-649.676	0	530.324
5.04	Transações de Capital com os Sócios	114.000	0	0	0	0	114.000
5.04.01	Aumentos de Capital	114.000	0	0	0	0	114.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-62.896	0	-62.896

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-62.896	0	-62.896
5.07	Saldos Finais	1.294.000	0	0	-712.572	0	581.428

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	410.328	375.334
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	258.482	252.733
7.01.02	Outras Receitas	194	34
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	150.817	121.960
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	835	607
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-236.092	-200.915
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-149.820	-120.752
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-84.002	-78.192
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-65	-1.971
7.02.04	Outros	-2.205	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	174.236	174.419
7.04	Retenções	-73.391	-72.545
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-73.391	-72.545
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	100.845	101.874
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.428	8.945
7.06.02	Receitas Financeiras	5.428	8.945
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	106.273	110.819
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	106.273	110.819
7.08.01	Pessoal	19.793	26.451
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.435	19.489
7.08.01.02	Benefícios	5.146	5.227
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.240	1.666
7.08.01.04	Outros	-1.028	69
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.008	24.313
7.08.02.01	Federais	12.725	11.323
7.08.02.02	Estaduais	4.040	669

7.08.02.03	Municipais	12.243	12.321
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	132.380	122.951
7.08.03.01	Juros	131.077	122.424
7.08.03.02	Aluguéis	703	210
7.08.03.03	Outras	600	317
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-74.908	-62.896
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-74.908	-62.896

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2018	31/12/2017
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2018	31/12/2017
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 30/09/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
-------	-----------	------------------------------	--	-------------------	--------------------------------	-------------------------------	--------------------	------------------------------------	--------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

CART
SEMPRE EM EVOLUÇÃO

UMA EMPRESA
invepar
RODOVIAS



RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação imediata

3T18
& 9M18

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

DRI@cart.invepar.com.br
<http://cart.ri.invepar.com.br>

CART APRESENTA CRESCIMENTO DE 1,7% NO EBITDA AJUSTADO NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2018
RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA AUMENTA 1,4% NO MESMO PERÍODO

DESTAQUES

ISENÇÃO DA COBRANÇA DE PEDÁGIO PARA EIXOS SUSPENSOS

- Em vigor desde o dia 31 de maio de 2018, a isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos impactou os resultados operacionais da Companhia, com redução de, aproximadamente, 3% nos VEPs pesados, que representam cerca de 68% do tráfego pedagiado nas rodovias administradas pela CART.

AUMENTO DE 1,4% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA DOS 9M18 EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DE 2017

- O reajuste tarifário contratual implementado no 2º semestre de 2017 compensou a queda de 2,5% nos VEPs no resultado acumulado nos 9M18, com crescimento de 1,4% na Receita Líquida Ajustada em comparação aos 9M17.
- No 3T18, onde a queda nos VEPs foi de 4,4%, houve redução de 0,9% na Receita Líquida em relação ao mesmo período de 2017.

EXPANSÃO DE 1,7% NO EBITDA AJUSTADO DOS 9M18 COMPARADO AOS 9M17 E DE 0,9% NO 3T18 EM RELAÇÃO AO 3T17

- O EBITDA Ajustado apresentou o melhor resultado histórico para um 3º trimestre e no acumulado de janeiro a setembro.
- O processo de centralização e padronização de atividades na Matriz promoveu maior eficiência em custos e despesas, com impacto positivo no EBITDA Ajustado.

O RESULTADO DO EXERCÍCIO FICOU NEGATIVO NO 3T18 (R\$ 18,5 MILHÕES) E NOS 9M18 (R\$ 74,9 MILHÕES)

- O resultado negativo tanto no 3T18 quanto nos 9M18, está relacionado à piora no Resultado Financeiro Líquido, explicada, em grande medida, pelo aumento do IPCA, índice que corrige cerca de 81% da dívida da Companhia.

Indicadores Seleccionados (Mil)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
VEPs ¹	12.606	13.184	-4,4%	35.846	36.782	-2,5%
Receita Líquida Ajustada ² (R\$)	83.649	84.382	-0,9%	233.988	230.666	1,4%
EBITDA Ajustado ³ (R\$)	52.689	52.231	0,9%	138.928	136.543	1,7%
Lucro/Prejuízo do Exercício (R\$)	(18.520)	(10.554)	-75,5%	(74.908)	(62.896)	-19,1%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

³ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

Bauru, 08 de novembro de 2018. A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 3T18 e dos 9M18. Foram realizadas comparações com os mesmos períodos de 2017, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.



DESEMPENHO OPERACIONAL

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado^{1,2}

Brasil	VEPs Total
Ago/18 sobre Ago/17	-2,1%
Set/18 sobre Set/17	-2,7%
3T18 sobre 3T17	-2,6%
9M18 sobre 9M17	-1,8%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam queda de 2,7% no transporte total de veículos nas rodovias brasileiras em setembro de 2018, comparado ao mesmo período de 2017. Mesmo com a queda em setembro, o fluxo de

veículos pesados continua em níveis próximos aos verificados nos primeiros meses do ano – anteriores à paralisação de maio, consequência da Greve dos Caminhoneiros. Além disso, essa contração do índice pode ser vista como um sinalizador de baixa produção industrial do período. O perfil de tráfego nas rodovias administradas pela CART se assemelha ao perfil nacional, com maior volume de veículos pesados em relação aos veículos leves.

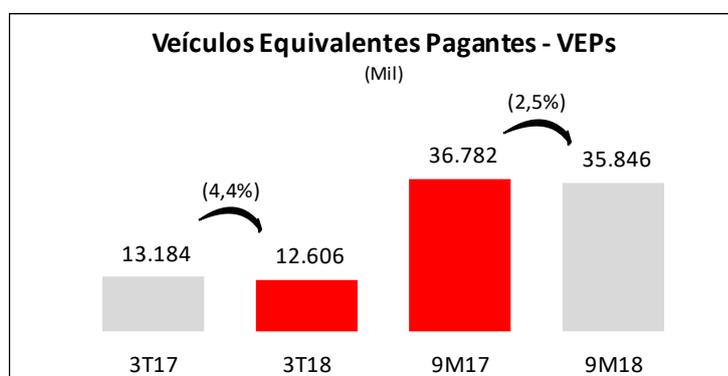


RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
VEPs¹	12.606	13.184	-4,4%	35.846	36.782	-2,5%
Veículos Leves	3.989	3.996	-0,2%	11.628	11.817	-1,6%
Veículos Pesados	8.617	9.188	-6,2%	24.218	24.965	-3,0%
Tráfego²	6.136	6.126	0,1%	17.555	17.709	-0,9%
Veículos Leves	4.040	4.045	-0,1%	11.778	11.961	-1,5%
Veículos Pesados	1.980	1.964	0,8%	5.442	5.410	0,6%
Veículos Isentos	116	117	-1,7%	336	338	-0,9%
Tarifa Média (R\$)	7,00	6,77	3,6%	6,85	6,61	3,6%

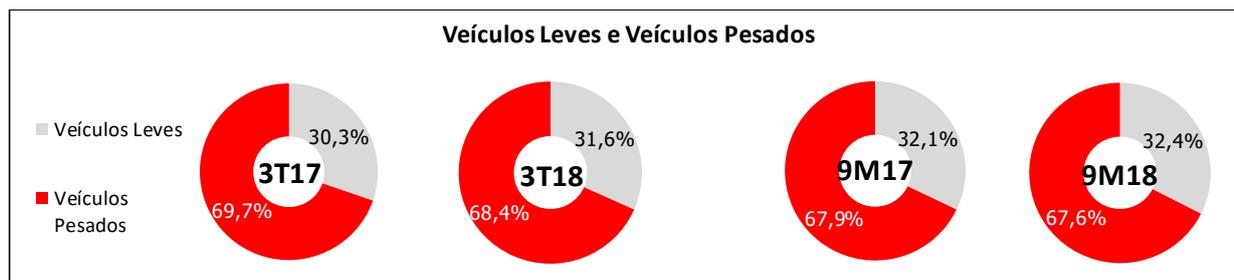
¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia



No terceiro trimestre de 2018, as nove praças de pedágio da CART registraram 12,6 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), frente aos 13,2 milhões registrados no mesmo período do ano anterior, representando uma queda de 4,4%, explicada, principalmente, pela isenção da cobrança de pedágio para eixo suspenso, em vigor desde o dia 31 de maio de 2018, impactando diretamente a performance

dos VEPs pesados. Foram registrados 35,8 milhões de VEPs nos primeiros nove meses de 2018, uma queda de 2,5% em relação a igual período de 2017. No resultado acumulado, os efeitos da greve dos caminhoneiros ocorrida no final do 1º semestre de 2018 e da isenção da cobrança de pedágio para eixo suspenso foram parcialmente compensados com a melhor performance do 1T18, que ficou 2,8% acima do registrado no 1T17.



A proporção de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, manteve-se estável na comparação dos 9M18 com os 9M17 e apresentou ligeira queda no 3T18 em relação ao 3T17, por causa da isenção de pedágio para eixo suspenso.

DESEMPENHO FINANCEIRO

DESTAQUE DO PERÍODO

- Reajuste e Reclassificação Tarifária**

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, autorizou reajuste tarifário contratual nas praças de pedágio da CART no montante de 2,9% (equivalente ao IPCA acumulado de maio/2017 a maio/2018), além de reclassificação tarifária no valor de R\$ 0,70 (expurgando a inflação) na praça de pedágio P1, devido à duplicação de 18,2 km da rodovia, conforme definido no contrato de concessão. As novas tarifas entraram em vigor em julho de 2018.



RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
Receita Bruta	200.482	162.145	23,6%	409.299	374.693	9,2%
Receitas com Pedágio	88.271	89.341	-1,2%	245.469	243.748	0,7%
Receitas Acessórias	5.212	3.105	67,8%	13.013	8.985	44,8%
Receita de Construção (IFRS)	106.999	69.699	53,5%	150.817	121.960	23,7%
Receita Bruta Ajustada¹	93.483	92.446	1,1%	258.482	252.734	2,3%
Deduções da Receita Bruta	(9.835)	(8.064)	22,0%	(24.495)	(22.068)	11,0%
Receita Líquida Ajustada¹	83.648	84.382	-0,9%	233.987	230.666	1,4%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

Em 30 de maio de 2018, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Resolução SLT 04/2018 da Secretaria de Logística e Transportes, revogou a cobrança de eixos suspensos em todas as rodovias do Estado. Ato contínuo, as concessionárias passaram a isentar da cobrança de pedágio os eixos suspensos a partir do dia 31 de maio de 2018. Desde então, a CART observa uma perda de cerca de 4% em sua Receita Bruta de Pedágio decorrente desta isenção. Em 14 de setembro de 2018, a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, em deliberação do conselho diretor, reconheceu a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão da CART, a ser quantificado oportuna e periodicamente.

A Receita Líquida Ajustada do 3T18 ficou 0,9% menor quando comparada a do 3T17. Nos 9M18, onde a queda nos VEPs foi menos acentuada, a Receita Líquida Ajustada registrou aumento de 1,4% em relação à 2017, sendo este aumento relacionado aos reajustes contratuais de pedágio no período em questão.

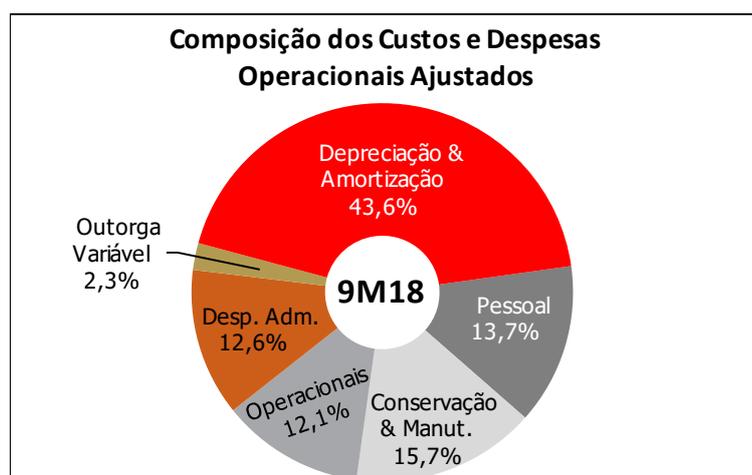
O Impacto positivo nas Receitas Acessórias (não tarifárias), com aumento de 67,8% no 3º trimestre de 2018 e de 44,8% nos 9M18 em relação ao mesmo período de 2017, é explicado, principalmente, por novos contratos, reajustes e regularizações de passivos, todos com empresas de telecom.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
Pessoal	(6.794)	(11.104)	-38,8%	(23.131)	(31.238)	-26,0%
Conservação & Manutenção	(9.145)	(6.752)	35,4%	(26.380)	(20.516)	28,6%
Operacionais	(6.744)	(7.435)	-9,3%	(20.438)	(23.497)	-13,0%
Despesas Administrativas	(6.877)	(5.473)	25,7%	(21.234)	(15.081)	40,8%
Custos & Despesas Administráveis	(29.560)	(30.764)	-3,9%	(91.183)	(90.332)	0,9%
Outorga Variável	(1.402)	(1.387)	1,1%	(3.877)	(3.791)	2,3%
Depreciação & Amortização	(24.376)	(24.326)	0,2%	(73.390)	(72.545)	1,2%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(55.338)	(56.477)	-2,0%	(168.450)	(166.668)	1,1%
Custo de Construção (IFRS)	(106.436)	(69.009)	54,2%	(149.820)	(120.752)	24,1%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(5.779)	(5.530)	4,5%	(18.001)	(16.590)	8,5%
Custos & Despesas Operacionais	(167.553)	(131.016)	27,9%	(336.271)	(304.010)	10,6%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

Em 2016, a controladora Invepar iniciou processo de centralização e padronização de processos-chave no âmbito de Projeto de Transformação ainda em curso. Este projeto tem como objetivo a racionalização e concentração de atividades e áreas das empresas do Grupo Invepar, permitindo ganhos de escalas que impactam diretamente em maior eficiência em custos e despesas. Neste contexto, no 3T18, houve a conclusão da transição das atividades de Planejamento e Controle Operacionais da CART para o PCO – Matriz. Foram assumidas pela Matriz, principalmente, as demandas relacionadas a dados e relatórios operacionais, demandas regulatórias e anuência de cargas especiais.

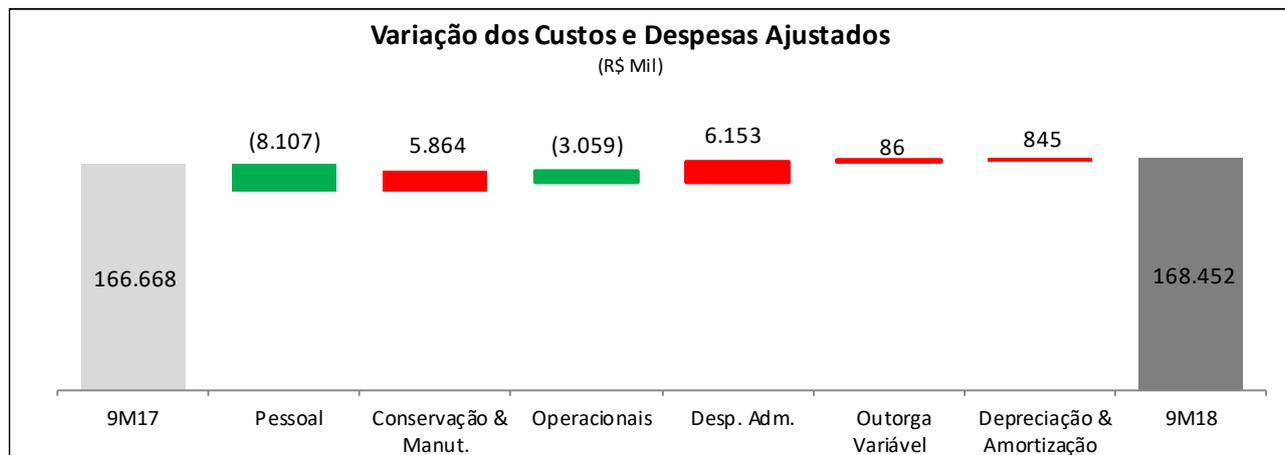


Os Custos & Despesas Administráveis apresentaram expressiva redução, de 3,9%, no 3T18 em relação ao 3T17. Na comparação dos 9M18 com os 9M17, verifica-se aumento marginal de 0,9%. Na linha de Pessoal, houve queda em função do Projeto de Transformação promovido pela controladora Invepar. Conservação & Manutenção ficaram maiores devido ao início de conservação de trechos recém implantados. Despesas Administrativas tiveram um acréscimo devido ao custeio de

despesas com a Matriz. Custos Operacionais diminuíram por causa de uma série de revisões e renegociações contratuais.

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados, ou seja, sem o impacto do IFRS, apresentaram redução de 2,0% no 3T18 comparado ao 3T17 e aumento de 1,1% nos primeiros nove meses de 2018 em relação ao

mesmo período do ano anterior, refletindo, principalmente, a Depreciação & Amortização de investimentos já realizados.

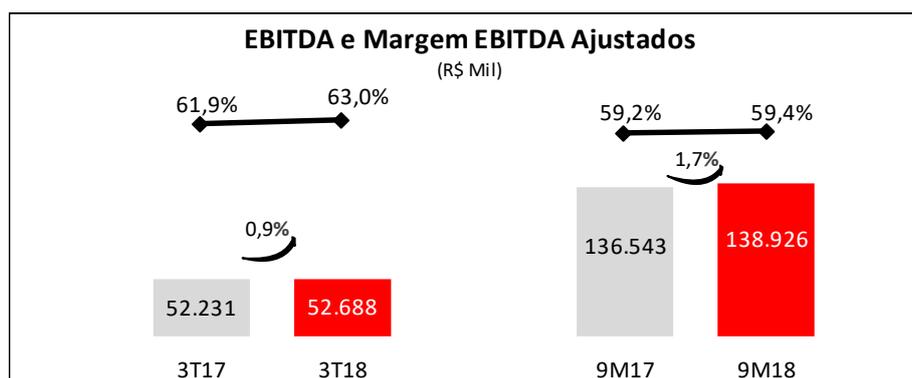


EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
Receita Líquida Ajustada	83.648	84.382	-0,9%	233.987	230.666	1,4%
Custos e Despesas Administráveis	(29.560)	(30.764)	-3,9%	(91.183)	(90.332)	0,9%
Outorga Variável	(1.402)	(1.387)	1,1%	(3.877)	(3.791)	2,3%
EBITDA Ajustado¹	52.688	52.231	0,9%	138.926	136.543	1,7%
Margem EBITDA Ajustado¹	63,0%	61,9%	+1,1 p.ps	59,4%	59,2%	+0,2 p.ps
Receita de Construção (IFRS)	106.999	69.699	53,5%	150.817	121.960	23,7%
Custo de Construção (IFRS)	(106.436)	(69.009)	54,2%	(149.820)	(120.752)	24,1%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(5.779)	(5.530)	4,5%	(18.001)	(16.590)	8,5%
EBITDA²	47.472	47.391	0,2%	121.922	121.161	0,6%
Margem EBITDA²	24,9%	30,8%	-5,9 p.ps	31,7%	34,4%	-2,7 p.ps

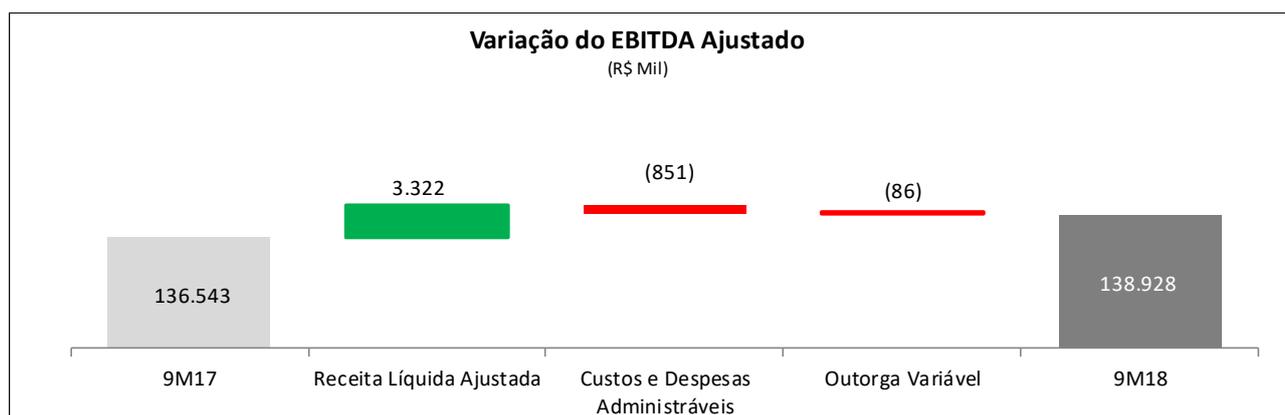
¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

²Instrução CVM Nº527/12



O EBITDA Ajustado aumentou tanto no 3T18, ficando 0,9% acima do verificado no 3T17, quanto nos 9M18, com uma variação positiva de 1,7% em relação ao 9M17, configurando o melhor resultado histórico para ambos os períodos. No trimestre, a melhora no resultado está relacionada à maior disciplina em custos, com redução de 3,9% nos Custos e Despesas Administráveis, enquanto no resultado acumulado, verifica-se aumento da Receita Líquida Ajustada, mencionado anteriormente.

mesmo período do ano anterior, refletindo, principalmente, a Depreciação & Amortização de investimentos já realizados.



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
Resultado Financeiro	(42.278)	(34.508)	22,5%	(126.250)	(114.379)	10,4%
Receitas Financeiras	2.008	2.818	-28,7%	5.428	8.945	-39,3%
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.871	2.813	-33,5%	5.170	8.779	-41,1%
Outros	137	5	n.m	258	166	54,8%
Despesas Financeiras	(44.286)	(37.326)	18,6%	(131.678)	(123.324)	6,8%
Juros	(29.707)	(32.397)	-8,3%	(87.995)	(95.444)	-7,8%
Variação Monetária	(14.384)	(4.673)	207,8%	(43.081)	(26.980)	59,7%
Outros	(195)	(256)	-24,2%	(602)	(900)	-33,2%

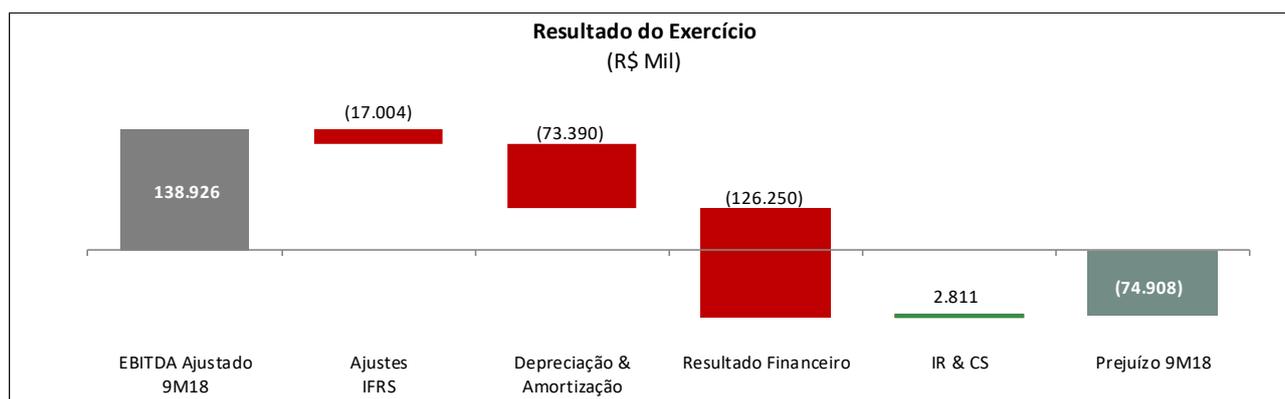
O Resultado Financeiro da Companhia piorou na comparação do 3T18 e 9M18 com os mesmos períodos de 2017, principalmente por causa do aumento do IPCA, índice que corrige a maior parcela da dívida da Companhia, como pode ser verificado no capítulo de Disponibilidades e Endividamento deste *release*. A queda na TJLP nos últimos 12 meses compensou parcialmente o aumento do IPCA. Na Receita Financeira, houve redução na rentabilidade das aplicações devido à queda do CDI e à menor posição de Caixa.

Inflação e Juros	9M18	9M17	▲
IPCA Final do Período	0,48%	0,16%	200,0%
IPCA Últimos 12 Meses	4,53%	2,54%	78,3%
CDI Final do Período	6,39%	8,14%	-21,5%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	6,65%	11,58%	-42,6%
TJLP Final do Período	6,56%	7,00%	-6,3%
TJLP Média Últimos 12 meses	6,73%	7,25%	-7,2%

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(18.521)	(10.554)	-75,5%	(74.908)	(62.896)	-19,1%

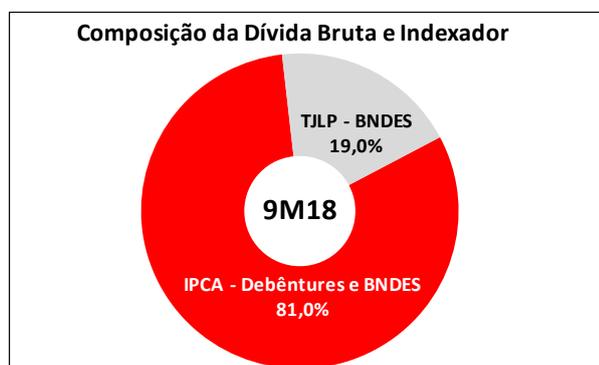
O resultado líquido tanto do 3T18 e dos 9M18 foi de prejuízo de R\$ 18,5 milhões e de R\$ 74,9 milhões, respectivamente. Em ambos os períodos, o prejuízo é explicado, principalmente, pela piora no Resultado Financeiro Líquido.



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	9M18	9M17	▲
Dívida Bruta Ajustada	(1.469.419)	(1.576.397)	-6,8%
Curto Prazo	(197.272)	(225.252)	-12,4%
Empréstimos e Financiamentos	(134.668)	(163.690)	-17,7%
Debêntures	(62.604)	(61.562)	1,7%
Longo Prazo	(1.272.147)	(1.351.145)	-5,8%
Empréstimos e Financiamentos	(376.838)	(481.607)	-21,8%
Debêntures	(895.309)	(869.538)	3,0%
Disponibilidades	76.101	153.576	-50,4%
Caixa e equivalentes de caixa	3.933	9.896	-60,3%
Aplicações Financeiras Vinculadas ¹	72.168	143.680	-49,8%
Dívida Líquida Ajustada	(1.393.317)	(1.422.821)	-2,1%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado comprometidos



A Companhia encerrou os 9M18 com Dívida Bruta 6,8% menor do que a verificada no mesmo período de 2017, o que pode ser explicado pelo fluxo corrente de amortização da dívida sem contrapartida de novas captações. No mesmo período, a Dívida Líquida Ajustada caiu 2,1%.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	9M18	9M17	▲
Investimento Total	85.950	115.959	-25,9%
Imobilizado	556	570	-2,5%
Intangível	151.656	122.268	24,0%
Software e Outros	-	308	n.m
Direito de Concessão (Investimento)	151.656	121.960	24,3%
(-) Transação Não Caixa	(65.265)	(5.671)	n.m
(-) Margem de Construção	(997)	(1.208)	-17,5%

Nos 9M18, foram investidos R\$ 86,0 milhões, destinados, principalmente, às duplicações e melhorias viárias, além de projetos voltados para gestão ambiental.

SOBRE A COMPANHIA

A CART



A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

O Grupo Invepar venceu a concorrência internacional realizada pelo governo do Estado de São Paulo em outubro, oferecendo a menor tarifa de pedágio.

O Corredor Raposo Tavares é formado pela SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, sendo 444 no eixo principal e 390 quilômetros de vicinais. As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná. Por isso, são de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

SOBRE A INVEPAR

Um dos maiores grupos de infraestrutura do Brasil, a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar, atua no segmento de infraestrutura em transportes, com foco em gestão e operação de rodovias, sistemas de mobilidade urbana e aeroportos.

DEPARTAMENTO DE RI

 DRI@cart.invepar.com.br

 +55 21 2211 1300

Diretor de Relações com Investidores

João Garcia Couri Neto

Relações com Investidores

Nilton Pimentel

Aline Campos

Rafael Rondinelli

Lívia Bragança

ANEXOS

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
EBIT	23.096	23.065	0,1%	48.531	48.615	-0,2%
(+) Depreciação & Amortização	24.376	24.326	0,2%	73.390	72.545	1,2%
EBITDA¹	47.472	47.391	0,2%	121.922	121.161	0,6%
Margem EBITDA¹	24,9%	30,8%	-5,9 p.ps	31,7%	34,4%	-2,7 p.ps
Ajustes	(5.216)	(4.840)	7,8%	(17.004)	(15.382)	10,5%
(-) Receita de Construção (IFRS)	106.999	69.699	53,5%	150.817	121.960	23,7%
(+) Custo de Construção (IFRS)	(106.436)	(69.009)	54,2%	(149.820)	(120.752)	24,1%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	(5.779)	(5.530)	4,5%	(18.001)	(16.590)	8,5%
EBITDA Ajustado²	52.688	42.551	23,8%	138.926	105.779	31,3%
Margem EBITDA Ajustado²	63,0%	61,9%	+1,1 p.ps	59,4%	59,2%	+0,2 p.ps

¹Instrução CVM Nº527/12;

²Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
Receita Bruta	200.482	162.145	23,6%	409.298	374.693	9,2%
Receitas com Pedágio	88.271	89.341	-1,2%	245.469	243.748	0,7%
Receitas Acessórias	5.212	3.105	67,8%	13.013	8.985	44,8%
Receita de Construção (IFRS)	106.999	69.699	53,5%	150.817	121.960	23,7%
Deduções da Receita Bruta	(9.835)	(8.064)	22,0%	(24.495)	(22.068)	11,0%
Receita Líquida	190.648	154.081	23,7%	384.804	352.625	9,1%
Custos & Despesas	(167.554)	(131.016)	27,9%	(336.273)	(304.010)	10,6%
Pessoal	(6.794)	(11.104)	-38,8%	(23.131)	(31.238)	-26,0%
Conservação & Manutenção	(9.145)	(6.752)	35,4%	(26.380)	(20.516)	28,6%
Operacionais	(6.744)	(7.435)	-9,3%	(20.438)	(23.497)	-13,0%
Outorga Variável	(1.402)	(1.387)	1,1%	(3.877)	(3.791)	2,3%
Despesas Administrativas	(6.877)	(5.473)	25,7%	(21.234)	(15.081)	40,8%
Custo de Construção (IFRS)	(106.436)	(69.009)	54,2%	(149.820)	(120.752)	24,1%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(5.779)	(5.530)	4,5%	(18.001)	(16.590)	8,5%
Depreciação & Amortização	(24.376)	(24.326)	0,2%	(73.390)	(72.545)	1,2%
RESULTADO OPERACIONAL	23.094	23.065	0,1%	48.531	48.615	-0,2%
Resultado Financeiro	(42.278)	(34.508)	22,5%	(126.250)	(114.379)	10,4%
Receitas Financeiras	2.008	2.818	-28,7%	5.428	8.945	-39,3%
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.871	2.813	-33,5%	5.170	8.779	-41,1%
Outros	137	5	n.m	258	166	54,8%
Despesas Financeiras	(44.286)	(37.326)	18,6%	(131.678)	(123.324)	6,8%
Juros	(29.707)	(32.397)	-8,3%	(87.995)	(95.444)	-7,8%
Variação Monetária	(14.384)	(4.673)	207,8%	(43.081)	(26.980)	59,7%
Outros	(195)	(256)	-24,2%	(602)	(900)	-33,2%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(19.184)	(11.443)	67,6%	(77.719)	(65.764)	18,2%
Imposto de Renda Diferido	487	654	-25,5%	2.067	2.109	-2,0%
Contribuição Social Diferida	175	235	-25,5%	744	759	-2,0%
IR & CSL	663	889	-25,4%	2.811	2.868	-2,0%
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(18.521)	(10.554)	75,5%	(74.908)	(62.896)	19,1%



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	9M18	2017
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.933	41.531
Créditos a receber	22.467	18.631
Estoques	1.878	2.064
Impostos a recuperar	591	3.153
Adiantamentos	3.098	1.677
Partes relacionadas	929	4
Total do Circulante	32.896	67.060
Ativo não Circulante		
Partes relacionadas	524	520
Impostos diferidos ativos	7.673	4.861
Depósitos judiciais	18.405	17.412
Outros	9	9
Imobilizado	4.880	6.640
Intangível	2.269.439	2.189.494
Total do Não Circulante	2.300.930	2.218.936
Total do Ativo	2.333.826	2.285.996

Passivo (R\$ Mil)	9M18	2017
Passivo Circulante		
Fornecedores	43.751	28.465
Empréstimos e financiamentos	134.668	141.779
Debêntures	62.604	17.259
Impostos a recolher	5.658	3.792
Obrigações com empregados e administradores	6.294	8.596
Concessão de serviço público	452	470
Partes relacionadas	32.021	15.583
Receita Diferida	12.107	8.483
Outros	143	53
Total do Circulante	297.698	224.482
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	376.838	467.638
Debêntures	895.309	920.071
Partes relacionadas	143	143
Provisão para riscos processuais	57.563	6.331
Receita diferida	41.893	43.541
Provisão para manutenção	112.372	94.372
Total do Não Circulante	1.484.120	1.532.096
TOTAL DO PASSIVO	1.781.818	1.756.578
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.180.000	1.180.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	302.500	205.000
Prejuízos Acumulados	(930.490)	(855.584)
Total do Patrimônio Líquido	552.010	529.418
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.333.828	2.285.996

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

Relatório de Revisão do Auditor
Independente acompanhado das
Informações Contábeis Intermediárias

Em 30 de setembro de 2018

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações”, em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido pelo Edital nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381, no entroncamento com a SP-327, Km 32, Ourinhos; final do trecho no Km 654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 duas novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”).

Em 30 de setembro de 2018, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$264.802 (R\$157.422 em 31 de dezembro de 2017), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$197.272.

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento gradual do equilíbrio do seu capital circulante líquido. Caso a geração de caixa operacional não seja suficiente, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

1.b) Diligência em Acionista e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. INVEPAR, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

No dia 5 de setembro de 2016, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR (Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.), no âmbito da “Operação Greenfield”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 08 de novembro de 2018, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2018.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações foram tratadas como revisão do CPC 06. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

A Concessionária não adotou tal pronunciamentos antecipadamente e Administração está avaliando os impactos dessa alteração em suas demonstrações contábeis.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	1.982	5.041
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário CDB	851	36.490
Fundo Mover		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	110	-
Letras financeiras do tesouro	957	-
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	33	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.933</u>	<u>41.531</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 30 de setembro de 2018 as aplicações ficaram indexadas a uma taxa média de 96,08% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 85% em 31 de dezembro de 2017).

Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da CART, a INVEPAR, CLN, METRORIO, METROBARRA, VIA040 e LAMSA. A rentabilidade do fundo é equivalente a 99,10% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	30/09/2018	31/12/2017
AVI (a)	19.480	17.482
Vale pedágio	1.129	868
Locação de fibra óptica	497	303
Outros	1.361	813
Subtotal	<u>22.467</u>	<u>19.466</u>
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	-	(835)
Total	<u>22.467</u>	<u>18.631</u>

- (a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 26 dias.

Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do período	(835)	(1.608)
Adições	-	(1.764)
Reversões	835	2.537
Saldo no fim do período	<u>-</u>	<u>(835)</u>

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
30 de setembro de 2018	22.467	-	22.324	34	86	23	-	-	-	-
31 de dezembro de 2017	18.631	(835)	17.858	796	31	158	-	154	149	320

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	217	3.153
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	374	-
Total circulante	<u>591</u>	<u>3.153</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	30/09/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	58.807	58.807
Base negativa	21.171	21.171
Amortização de direito de concessão	(47.522)	(49.260)
Custo de captação	(14.357)	(15.395)
Margem de Construção	(8.656)	(8.973)
Margem de construção (Lei 12.973)	(1.770)	(1.488)
Total	7.673	4.861
Impostos diferidos – Ativo	79.978	79.978
Impostos diferidos – Passivo	(72.305)	(75.117)

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R\$300.583 (R\$283.081 saldo em 31 de dezembro de 2017).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	30/09/2018
2020	636
2022	4.335
2023 a 2025	18.881
2026 a 2027	56.126
Total dos ativos fiscais diferidos	79.978
Total dos passivos fiscais diferidos	(72.305)
Total dos impostos diferidos	7.673

c) Tributos a recolher

	30/09/2018	31/12/2017
PIS e COFINS	1.204	1.240
ISS	3.741	1.951
IRRF e CSRF	370	364
INSS sobre terceiros	343	237
Total circulante	5.658	3.792

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(77.718)	(65.764)	(19.182)	(11.443)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	26.424	22.360	6.522	3.891
Adições permanentes	(264)	(570)	(8)	295
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(23.349)	(18.924)	(5.851)	(3.299)
Outros	-	2	-	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado	2.811	2.868	663	889

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

30/09/2018							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa
VIA 040	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	4	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	100	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-
GRU - AIRPOT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	520	-	-	-
INVEPAR (*)	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	929	-	32.021	-	(16.417)
Total			929	524	32.021	143	(16.417)

31/12/2017

Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado set/17
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa
VIA 040	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	4	-	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	100	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-
GRU - AIRPOT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	520	-	-	-
INVEPAR (*)	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	-	15.585	-	(8.697)
			<u>4</u>	<u>520</u>	<u>15.585</u>	<u>143</u>	<u>(8.697)</u>

(*)Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração da Administração

Em 24 de abril de 2018, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.348.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período:

Composição	30/09/2018	30/09/2017
Pró-labore	580	980
Bônus variáveis	837	896
Encargos	283	375
Outros benefícios	87	164
Total	<u>1.787</u>	<u>2.415</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e não efetua contrato de longo prazo com Administradores.

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	30/09/2018
Custo					
Instalações	25	164	1	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.176	34	-	6.210
Móveis e utensílios	10	3.919	83	-	4.002
Veículos	5	3.586	35	-	3.621
Equipamentos de informática	5	39.356	403	(12)	39.747
Ferramentas e aparelhos	5	327	-	-	327
		53.528	556	(12)	54.072
Depreciação acumulada					
Instalações		(38)	(5)	-	(43)
Máquinas e equipamentos		(5.178)	(283)	-	(5.461)
Móveis e utensílios		(3.550)	(163)	-	(3.713)
Veículos		(2.648)	(433)	-	(3.081)
Equipamentos de informática		(35.161)	(1.425)	12	(36.574)
Ferramentas e aparelhos		(313)	(7)	-	(320)
		(46.888)	(2.316)	12	(49.192)
Imobilizado líquido		6.640	(1.760)	-	4.880
Custo					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	10	6.075	101	-	6.176
Móveis e utensílios	10	3.836	139	(56)	3.919
Veículos	5	3.580	128	(122)	3.586
Equipamentos de informática	5	38.626	731	(1)	39.356
Ferramentas e aparelhos	5	320	7	-	327
		52.601	1.106	(179)	53.528
Depreciação acumulada					
Instalações		(32)	(6)	-	(38)
Máquinas e equipamentos		(4.722)	(456)	-	(5.178)
Móveis e utensílios		(3.257)	(349)	56	(3.550)
Veículos		(2.094)	(641)	87	(2.648)
Equipamentos de informática		(32.919)	(2.242)	-	(35.161)
Ferramentas e aparelhos		(295)	(18)	-	(313)
		(43.319)	(3.712)	143	(46.888)
Imobilizado líquido		9.282	(2.606)	(36)	6.640

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8 . INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	30/09/2018
Custo					
Software	5	10.713	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.093.591	101.532	(779)	2.194.344
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
Direito de concessão - Em formação		-	50.124	-	50.124
		2.738.324	151.656	(779)	2.889.201
Amortização					
Software		(8.705)	(549)	-	(9.254)
Marcas e patentes		(13)	(2)	-	(15)
Direito de concessão		(354.879)	(54.674)	142	(409.411)
Outorga fixa		(185.233)	(15.850)	-	(201.083)
Amortização acumulada		(548.830)	(71.075)	142	(619.763)
Intangível líquido		2.189.494	80.581	(637)	2.269.438

	Vida útil em anos	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo					
Software	5	10.397	316	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.900.803	194.214	(1.426)	2.093.591
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
		2.545.220	194.530	(1.426)	2.738.324
Amortização					
Software		(7.663)	(1.042)	-	(8.705)
Marcas e patentes		(11)	(2)	-	(13)
Direito de concessão		(283.869)	(71.195)	185	(354.879)
Outorga fixa		(164.100)	(21.133)	-	(185.233)
Amortização acumulada		(455.643)	(93.372)	185	(548.830)
Intangível líquido		2.089.577	101.158	(1.241)	2.189.494

* Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9 . EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2017	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	30/09/2018
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	81.604	-	(60.362)	(21.118)	20.655	1.627	59.137	81.543
Sênior - BNDES - IPCA	59.956	-	(39.749)	(26.167)	18.069	8.100	32.916	53.125
Conta garantida - Bradesco	219	-	-	(247)	28	-	-	-
Total - Circulante	141.779	-	(100.111)	(47.532)	38.752	9.727	92.053	134.668
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	291.480	-	-	-	-	-	(59.137)	232.343
Sênior - BNDES - IPCA	249.579	-	-	-	-	-	(32.916)	216.663
Sub -Total	541.059	-	-	-	-	-	(92.053)	449.006
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(73.421)	-	-	-	-	-	-	(72.168)
Total -Não Circulante	467.638	-	-	-	-	-	-	376.838
Dívida líquida	609.417	-	-	-	-	-	-	511.506

	31/12/2016	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2017
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	80.409	-	(79.871)	(34.102)	33.822	4.433	76.913	81.604
Sênior - BNDES - IPCA	59.433	-	(38.650)	(28.924)	26.322	8.801	32.974	59.956
Conta garantida - Bradesco	381	40.098	(40.098)	(1.297)	1.135	-	-	219
Total - Circulante	140.223	40.098	(158.619)	(64.323)	61.279	13.234	109.887	141.779
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	368.386	-	-	-	-	7	(76.913)	291.480
Sênior - BNDES - IPCA	282.553	-	-	-	-	-	(32.974)	249.579
Sub -Total	650.939	-	-	-	-	7	(109.887)	541.059
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(79.133)	-	-	-	-	-	-	(73.421)
Total -Não Circulante	571.806	-	-	-	-	-	-	467.638
Dívida líquida	712.029	-	-	-	-	-	-	609.417

(*)Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2018. As aplicações financeiras no montante de R\$72.168 em 30 de setembro de 2018 (R\$73.421 em 31 de dezembro de 2017) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015.

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado Compromissadas com BNDES	96,08%	CDI	Abr/19 a Nov/19	72.168	73.421

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 96,08% do CDI (em 31 de dezembro de 2017, a taxa média de 92,5% do CDI).

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2018</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	106.205
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	94.132
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	113.549
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	70.526
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	199.262
Subtotal				<u>583.674</u>
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(72.168)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>511.506</u>
Parcelas do circulante				134.668
Parcelas do não circulante				376.838

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2017</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	137.530
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	109.395
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	126.158
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	83.948
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	225.588
Subtotal				<u>682.619</u>
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(73.421)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>609.198</u>
Parcelas do circulante				141.560
Parcelas do não circulante				467.638

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

Objeto	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2018</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	540.605
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	527.357
(-) Custos de transação - Debêntures				<u>(41.366)</u>
Subtotal				1.026.596
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				<u>(68.683)</u>
Debêntures líquidas				<u><u>957.913</u></u>
Parcelas do circulante				62.604
Parcelas do não circulante				895.309

	31/12/2016	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Transferências	31/12/2017
			Principal	Juros			
Passivo circulante							-
Debêntures	22.708	-	(20.543)	(59.380)	58.946	20.207	22.408
Custos a amortizar	<u>(4.168)</u>	5.313	-	-	-	<u>(6.294)</u>	<u>(5.149)</u>
Total	18.540	5.313	(20.543)	(59.380)	58.946	13.913	17.259
Passivo não circulante							
Debêntures	960.773	-	-	-	-	(20.207)	967.243
Custos a amortizar	<u>(46.361)</u>	-	-	-	-	6.294	<u>(40.067)</u>
Total	914.412	-	-	-	-	(13.913)	927.176
Total geral	<u>932.952</u>	5.313	(20.543)	(59.380)	58.946	-	<u>944.435</u>
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(6.896)						(7.105)
Dívida líquida	<u>926.056</u>						<u>937.330</u>

Objeto	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2017</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	501.400
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	488.251
(-) Custos de transação - Debêntures				<u>(45.216)</u>
Subtotal				944.435
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				<u>(7.105)</u>
Debêntures líquidas				<u><u>937.330</u></u>
Parcelas do circulante				17.259
Parcelas do não circulante				920.071

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$68.683 em 30 de setembro de 2018 (R\$7.105 em 31 de dezembro de 2017) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 96,08% do CDI (em 31 de dezembro de 2017, a taxa de 90% do CDI).

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
(**) Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado Compromissadas com Debêntures	96,08%	CDI	Nov/19 a Abr/20	68.683	7.105

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 30 de setembro de 2018:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2019	21.266
2020	53.164
2021	127.594
2022 a 2024	797.460
	<u>999.484</u>

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de setembro de 2018 é de R\$41.366 (R\$45.216 em 31 de dezembro de 2017).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2018	1.298
2019	6.118
2020	7.221
2021	8.067
2022 a 2024	<u>18.662</u>
	<u>41.366</u>

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): $\geq 1,2$.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

11. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

(a) Composição do risco

Natureza do risco	30/09/2018		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	4.744	22.245	26.989
Cíveis	2.695	39.597	42.292
Procedimentos Arbitrais	50.124	63.277	113.401
Total	<u>57.563</u>	<u>125.119</u>	<u>182.682</u>

Natureza do risco	31/12/2017		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	3.986	15.215	19.201
Cíveis	2.345	29.413	31.758
Total	6.331	44.628	50.959

(b) Movimentação dos riscos prováveis

Natureza do risco	31/12/2017	Constituição	Reversões/ pagamentos	30/09/2018
Trabalhistas	3.986	4.503	(3.745)	4.744
Cíveis	2.345	1.614	(1.264)	2.695
Procedimentos Arbitrais	-	50.124	-	50.124
Total	6.331	56.241	(5.009)	57.563

Natureza do risco	31/12/2016	Constituição	Reversões/ pagamentos	31/12/2017
Trabalhistas	2.404	1.799	(217)	3.986
Cíveis	2.215	2.785	(2.655)	2.345
Total	4.619	4.584	(2.872)	6.331

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$4.744 em 30 de setembro de 2018 (R\$3.986 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia também possui ações de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado R\$22.245 em 30 de setembro de 2018 (R\$15.215 em 31 de dezembro de 2017).

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$2.695 em 30 de setembro de 2018 (R\$2.345 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia também possui ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de

perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em R\$39.597 em 30 de setembro de 2018 (R\$29.413 em 31 de dezembro de 2017), detalhamos abaixo as principais causas:

- a) Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Foi realizada perícia judicial. Em 04 de julho de 2017 foi apresentado o laudo pericial para manifestação da CART, que apresentou sua manifestação em 04 de agosto de 2017.

Em 04 de junho de 2018 foi prolatada sentença nos seguintes termos: Sentença prolatada: “Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na presente ação, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar a Ré: A) A realizar, no prazo de 90 dias, as obras necessárias e apontadas no laudo pericial à fls. 986-1.050, nos pontos de potencial travessia de fauna. B) A prestar assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, com encaminhamento a centros de reabilitação e tiragem devidamente autorizados por órgão ambiental, devendo ser mantidos perpetuamente em confinamento em instalações construídas, conservadas e geridas pela própria CART, os que assim necessitarem nos termos do laudo pericial. C) No pagamento da importância de R\$ 1.000.000,00, a título de indenização por danos ambientais, a ser recolhida em favor do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos. Correção monetária incidirá a partir desta data e juros contados do trânsito em julgado desta sentença. Considerando a qualidade do laudo pericial, majoro os honorários periciais em mais R\$ 4.500,00, conforme requerido o perito judicial à fls. 974, cabendo à ré seu depósito. Publique-se e intime-se.”

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 11.499.

- b) Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização

correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3, bem como especificar provas pelas partes.

Em 20 de maio de 2018 foi proferida decisão nos autos da ACP que envolve a Nascente Água do Óleo, suscitando conflito negativo de competência com a Vara Cível, portanto, o processo irá para o TJSP para julgamento do incidente processual em tela.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de setembro de 2018, é de R\$ 2.322.

- c) Em 25 de outubro de 2016, o Ministério Público Estadual (GAEMA) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2012 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna. A CART foi citada em 19 de julho de 2017 e apresentou defesa em 30 de agosto de 2017. Em 17 de outubro de 2017, houve juntada da réplica pelo Ministério Público Estadual.

Em 12 de março de 2018, o juiz deferiu a suspensão do processo pelo prazo de 180 dias em virtude de solicitação da CETESB. O MP agravou da decisão, recurso este ainda pendente de julgamento.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 2.450.

d) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial e parte relacionada), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que a ora Requerente deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seu contra pleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350.000.

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A. firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral.

No dia 29 de junho de 2018 as partes apresentaram alegações iniciais, que foram respondidas, por ambas as partes, em 31 de agosto de 2018.

As peças foram replicadas em 28 de setembro de 2018 e as réplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da OAS de R\$50.124 como provável, reconhecidos como direito de concessão, R\$ 63.277 como possível e R\$362.609 como remoto.

Nenhum registro contábil foi realizado referente ao prognóstico dos pleitos da CART sendo R\$213.325 avaliados como ganho provável, consubstanciada na opinião de seus assessores externos.

(c) Depósitos Judiciais

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 30 de setembro de 2018, o montante é de R\$1.090 (em 31 de dezembro de 2017, o montante é de R\$1.376).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados à garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 30 de setembro de 2018, o montante é de R\$ 17.315 (em 31 de dezembro de 2017, o montante é de R\$16.036).

12. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Infraestrutura de telecomunicação	53.496	51.703
Outros	504	321
Total	<u>54.000</u>	<u>52.024</u>
Circulante	12.107	8.483
Não circulante	41.893	43.541

13. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 30 de setembro 2018 e 31 de dezembro de 2017 é:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>30/09/2018</u>
Não circulante	94.372	18.000	112.372
Total	<u>94.372</u>	<u>18.000</u>	<u>112.372</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2017</u>
Não circulante	76.641	17.731	94.372
Total	<u>76.641</u>	<u>17.731</u>	<u>94.372</u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.180.000, representados por 2.606.962.454 ações, sendo 1.303.481.227 ações preferenciais e 1.303.481.227 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
INVEPAR	<u>302.500</u>	<u>205.000</u>
	302.500	205.000

O adiantamento para futuro aumento de capital foi autorizado pela Administração da INVEPAR em 22 de fevereiro de 2017.

Em 14 de março de 2017 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R\$22.000.

Em 14 de março de 2018 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R\$50.000.

Em 14 de maio de 2018 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R\$6.000.

Em 14 e 25 de junho de 2018 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social nos valores de R\$4.000 e R\$10.000, respectivamente.

Em 11 de julho de 2018 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R\$12.000.

Em 27 de agosto de 2018 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R\$9.500.

Em 17 de setembro de 2018 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R\$6.000.

15. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 30 de setembro de 2018 e 2017 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017
Receita de pedágio	245.469	243.748	88.271	89.341
Receitas acessórias	13.013	8.985	5.212	3.105
Impostos, deduções e cancelamentos	(24.495)	(22.068)	(9.835)	(8.064)
Receita de serviços	233.987	230.665	83.648	84.382
Receita de construção	150.816	121.960	106.999	69.699
Receita total	384.803	352.625	190.648	154.081

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017
Pessoal	(23.131)	(31.238)	(6.794)	(11.104)
Conservação e manutenção	(26.380)	(20.516)	(9.145)	(6.752)
Despesas administrativas	(4.737)	(6.682)	(1.730)	(1.852)
Operacionais	(20.438)	(23.497)	(6.744)	(7.435)
Outorga variável	(3.877)	(3.791)	(1.402)	(1.387)
Custo de construção	(149.820)	(120.752)	(106.436)	(69.009)
Provisão de manutenção	(18.001)	(16.590)	(5.779)	(5.530)
Depreciação e amortização	(73.390)	(72.545)	(24.376)	(24.326)
Perda no recebimento de crédito e riscos	(274)	(234)	158	(241)
Serviços compartilhados	(16.417)	(8.199)	(5.336)	(3.414)
Outras receitas (despesas) operacionais	194	34	31	34
	(336.272)	(304.010)	(167.552)	(131.016)
Custo de serviços prestados	(157.705)	(156.558)	(51.921)	(52.230)
Custo de construção	(149.820)	(120.752)	(106.436)	(69.009)
Despesas gerais e administrativas	(28.941)	(26.734)	(9.227)	(9.811)
Outras receitas (despesas) operacionais	194	34	31	34
	(336.272)	(304.010)	(167.552)	(131.016)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	5.170	8.945	1.871	2.818
Outros	258	-	137	-
Total receitas financeiras	5.428	8.945	2.008	2.818
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(39.190)	(47.920)	(12.581)	(15.585)
Varição monetária passiva	(43.081)	(26.980)	(14.384)	(4.673)
Juros sobre debêntures	(48.805)	(47.524)	(17.126)	(16.812)
Outros	(602)	(900)	(195)	(256)
Total despesas financeiras	(131.678)	(123.324)	(44.286)	(37.326)
Total resultado financeiro	(126.250)	(114.379)	(42.278)	(34.508)

17. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2018 a 30/09/2018			01/01/2017 a 30/09/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(37.454)	(37.454)	(74.908)	(31.448)	(31.448)	(62.896)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	1.303.481	1.303.481	2.606.962	1.301.893	1.301.893	2.603.786
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,029)	(0,029)		(0,024)	(0,024)	

	01/07/2018 a 30/09/2018			01/07/2017 a 30/09/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(9.260)	(9.260)	(18.520)	(5.277)	(5.277)	(10.554)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	1.303.481	1.303.481	2.606.962	1.301.893	1.301.893	2.603.786
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,007)	(0,007)		(0,004)	(0,004)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

18. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 30 de setembro de 2018 é de R\$452 (R\$470 em 31 de dezembro de 2017).

Durante o período findo em 30 de setembro de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$3.895 (R\$5.480 em 31 de dezembro de 2017) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$43.175. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$139.534. Vigência de 12 meses.

19. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia ampliações	R\$ 26.227	16/03/2018	16/03/2019	Pottencial Seguradora	(a)
Garantia funções operacionais	R\$ 126.480	16/03/2018	16/03/2019	Pottencial Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$ 100.000	01/08/2018	01/08/2019	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$ 280.000	01/08/2018	01/08/2019	Tokio Marine	(d)
D&O	R\$ 100.000	20/03/2017	20/03/2019	XL Seguros	-
AUTO FROTA	110 % FIPE	24/08/2018	24/08/2019	Sompo Seguros S/A	-

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização

mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

Instrumentos financeiros	30/09/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3.933	-	41.531	-
Contas a receber	-	22.467	-	18.631
Partes relacionadas	-	1.454	-	524
Total do ativo	3.933	23.921	41.531	19.155
Passivos				
Fornecedores	-	43.751	-	28.465
Partes relacionadas	-	32.163	-	15.728
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	-	1.610.270	-	1.627.273
Aplicações financeiras vinculadas (**)	-	(140.851)	-	(80.526)
Obrigações com poderes concedentes	-	452	-	470
Obrigações com empregados e administradores	-	6.294	-	8.596
Total do passivo	-	1.552.079	-	1.600.007

(*) Líquido do custo a amortizar

(**) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (Vide Notas explicativas 9 e 10).

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 30 de setembro de 2018 tinham o valor de R\$992.988 (R\$906.012 em 31 de dezembro de 2017).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

c) Exposição a riscos de créditos

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta valores a receber de R\$22.467 sendo que os valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A – CGMP, representam 71% deste, ou seja, R\$15.888, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”), registrados na rubrica “Contas a receber” (R\$19.466 em 31 de dezembro de 2017, sendo 84,15% com a CGMP, ou seja, R\$16.380). Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

d) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

O Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures

30 de setembro de 2018	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	197.272	877.021	395.125	1.469.419
Fornecedores	43.751	-	-	43.751
Concessão de serviço público	452	-	-	452

31 de dezembro de 2017	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	159.038	1.107.787	279.922	1.546.747
Fornecedores	28.465	-	-	28.465
Concessão de serviço público	470	-	-	470

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem

apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic (% ao ano)	6,52%	4,89%	3,26%
DI Ativo (% ao ano)	6,52%	4,89%	3,26%
TJLP (% ao ano)	6,63%	4,97%	3,32%
IPCA Ativo (% ao ano)	4,19%	5,24%	6,29%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,19%	5,24%	6,29%

Fonte: BACEN, BNDES, IBGE, CETIP e BM&F BOVESPA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 30 de setembro de 2018, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

f.1) Ativo financeiro

Operação	Risco/indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Equivalente de caixa	DI	1.951	127	95	64
		1.951	127	95	64
Fundo Mover					
Certificados de Depósito Bancário CDB	DI	110	7	5	4
Letras financeiras do tesouro	SELIC	957	62	47	31
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	IPCA	34	1	2	2
		1.101	70	54	37

f.2) Passivo financeiro

Operação	Risco/indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
BNDES	TJLP	313.886	20.811	15.608	10.405
BNDES	IPCA	269.788	11.304	14.130	16.956
Debênture	IPCA	1.067.962	44.748	55.935	67.121
Total		1.651.636	76.863	85.673	94.482
Aplicações financeiras vinculadas (*)	DI	140.851	9.183	6.888	4.592
Total		1.510.785	67.680	78.785	89.890

(*) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 9 e 10).

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP, IPCA e CDI, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI, Selic e IPCA.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	30/09/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.469.419	1.546.747
Caixa e equivalentes de caixa	(3.933)	(41.531)
Dívida líquida	1.465.486	1.505.216
Patrimônio líquido	552.010	529.418
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.017.496	2.034.634

h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo financeiros	Ativos	30/09/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa		1.951	-	1.951	-
Total		1.951	-	1.951	-
Empréstimos e financiamentos		511.506	-	511.506	-
Debêntures		957.912	-	957.912	-
Concessão de serviço público		452	-	452	-
Total		1.469.870	-	1.469.870	-

Mensurados a valor justo financeiros	Ativos	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa		5.041	-	5.041	-
Aplicações financeiras		36.490	-	36.490	-
Total		41.531	-	41.531	-
Empréstimos e financiamentos		609.417	-	609.417	-
Debêntures		937.330	-	937.330	-
Concessão de serviço público		470	-	470	-
Total		1.547.217	-	1.547.217	-

(*) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas n°s 9 e 10).

• *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

21. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	30/09/2018	30/09/2017
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	65.265	5.671
	65.265	5.671

22. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). Durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 a Companhia reconheceu o montante de R\$150.816 (vide Nota explicativa nº 15), como receita de construção, (R\$121.960 em 30 de setembro de 2017) e como margem de construção de R\$996 (R\$1.208 em 30 de setembro de 2017).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura até o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 é de R\$2.244.468 (R\$2.022.758 em 30 de setembro de 2017).

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Bauru - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 1.a às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$ 264.802 mil, causado principalmente pelo endividamento de curto prazo no montante de R\$ 197.272 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.b às informações contábeis intermediárias, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Greenfield, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Procedimento arbitral

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 11.d às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. CART, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS firmaram o Acordo de Arbitragem para a instauração de procedimento

rendas. Em 17 de outubro de 2017, a CANT e a CAC firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Em 28 de setembro de 2018 as peças foram replicadas e as trélicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018. Dessa forma, em 30 de setembro de 2018, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos externos, estimaram como probabilidade de perda provável, o valor de R\$ 50.124 mil e possível no valor de R\$ 63.277 mil, bem como avaliaram os pleitos solicitados pela Companhia com a probabilidade de êxito no valor de R\$ 213.325 mil. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 S - SP
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Declaração os Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as informações contábeis trimestrais relativa ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 08 de novembro de 2018, referente às informações contábeis trimestrais relativo ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.
